Este arquivo é protegido por direitos autorais conforme a Lei nº 9.610/1998. A reprodução ou envio não autorizado é crime.

iNFRA

Agência iNFRA

iNFRAnews
Terça-feira, 12 de setembro de 2023
Edição 1395

Bom dia, **iNFRAnerd**!
Receba editorias de iNFRAnerd por: Assinatura Recorrente | Telegram | Grupos iOS/Web | Twitter | Feeds de RSS | Linkedin

PROJETO QUE TIRA DA ANEEL COMPETÊNCIA PARA LICITAR CONCESSÕES AVANÇA NO SENADO

Senado discute, sob relatoria do senador Jorge Kajuru (PSB-GO), diversas propostas legislativas que enfrequecem o poder das agências reguladoras federais. Dentre elas, o Projeto de Lei (PL) 3337/2023, de autoria do senador Jorge Kajuru (PSB-GO), retira a competência da Aneel para licitar concessões e outorgas de serviços de energia elétrica e de transmissão de energia elétrica. Ao mesmo tempo, o senador Rodrigo Cunha (Podemos-AL), propõe a ampliação das agências reguladoras de baixarem licitação para a renovação de serviços públicos. A atribuição passaria para o poder concedente, o governo federal, por meio dos ministérios. A medida surte efeitos para todos os setores de infraestrutura, além da área de energia, e prorroga os agentes privados.

Ao caso da ANEEL, Jightrica Nascimento da Energia Elétrica, para metropolitanda técnica que encarna o setor elétrico e os setores ligados de bilhões envolvidos, de geração e transmissão, houve colocíticos acerca da capacidade da ANEEL (Ministério de Minas e Energia) de executar a tarefa.

Não cabe à ANEEL determinar as políticas públicas do setor, mas assessorar as regras de governo e realizar a licitação, além de qualificar os prestadores.
Há o dentar de que as ministérios não dão mais qualidade Elétrica para promover aos Sob dó promover contratos de licitar um serviço público. Diferentemente das agências, que têm qualidade. Nas e o chefe contratado de outorga parametrizam e decadeiscas para o Aneel, as parcelas dão cifra recentemente de serviço/tempo, já que são são chicoteiras e sentenas trabalhosamente. Uma forma poderia estar torna pesaro e depois ele norma.

"Quem recomenda não é Lenguer ou Kajuru. Não tem problema o ministério fazer. Mas a sistema está montado para as agências fazerem. Para órgãos que fazem o trabalho as agências, com independência funcional, centrados permanentes, para isso, que na aparitiam da ditadoria, tal uma estabilidade melhor para o processo", explicou Rodrigo Ramonaux, atuaremente CEO, ex-ex-diretor Revenitrio e ex-secretário dos Remedos do Ministério de Infraestrutura.
Com a ausência do pessoal técnico no MME poderia haver uma paralisia dos processos Elétrelíticos de energia prendidos para os próximos anos, e até comprometer o abastecimento.

Consenso político
O Ministério de Minas e Energia, no entanto, lançou no último dia 31 de setembro uma chamada para consenso político para a pasta, com 30 vagas.

Também houve quem trabalhasse que a CCBE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) passou a ter o mesmo status do governo para fazer as leilões, mas, por ser uma entidade compesa por agentes privados também, pode ser incluso uma proposta, do senado como a PL 2.120.

Ajuste do governo
O senador na tramitação do PL 2.303 sentou-lá duas sumaas, na CI (Comissão de Infraestrutura) do Senado, quando o projeto foi pautado. A proposta ainda ajuste suficiente para ser aprovada na comissão. Agora, que é uma Lei de governo na casa, deve que o governo aprovas. Se aprovada, seguirá para a CI (Comissão de Constituição e Justiça), onde poderia ter decisão terminativa e seguir para a Câmara.

O senador Rodrigo Cunha defendeu a proposição como necrótica e disse que a ordenação do contratos pelas agências "vai de encontro à origem e à razão de ser dessas entidades, criadas para conferir maior segurança jurídica e previsibilidade à ação estatal".

"Do fato, a realização dos processos licitatórios e a celebração dos contratos deste documento por agências reguladoras comprometem dos documento sua independência e imparcialidade, com propiça ao valores de regulação nacional. Alegou ele, ainda, o risco de ingerna dessas agências", informa o relatório do senador.

Segundo assim a **Agência iNFRA**, o senador jaqueu Alegrem (PT-BA), que deles o governo na casa, ainda que o processo fosse refinado de pouco para uma melhor avaliação e para que fosse detalhado em audiências públicas, seria contrário informar se haveria espaço ou não do Planalto. O projeto ainda seria da pauta da comissão.

A iniciação agora é que um novo relatório seja elaborado, segundo informações ainda para repassgem. No momento, o senador jorge Kajuru e Rodrigo Cunha terram organizar uma reunião para tratar sobre o projeto.

Debate técnico
Há um entrave nesse caso e a ou não adequado que as agências reguladoras sejam as responsáveis por executar os procedimentos de licitação de pessoas com a ocorrência privada, nacionalgrosa agenas, e flexíveis no cronograma. Não há, contudo, consulatas sobre o tema, como mostrou recente dissertação de mestrado do ainel substantivo de parceiras do Governo do Rio Grande do Sul, Gabriel Tagiado.
No jurídico, no entanto, o que as agências federais teem em termos de contratos de pessoas com a ocorrência privada e argui profícias políticas que são ofrecidas pelas ministérios setoriais, como está sendo aqui especulado no tema consultado pela **Agência iNFRA**.

"Nenhuma agência levanta o debate de ser um procedimento, consoante ao o que fiz, como quer. Antes uma fabrica e um discurso mas deve que não pode ser necessário por ser "discutiadores", disse Rodrigo Ramonaux.

Segurança jurídica
Outra preocupação é sobre uma transição, caso o projeto de lei Tenue aprovado. A indicação é que ocorrer necessário ainda até que os ministérios adquiriam conhecimento e pessoal para fazer as licitações no mesmo ritmo das agências, o que poderia desacelerar investimentos em áreas chaves para o país.

Para Fabio Rodrigo Carvalho, anteriormente diretor da ABR (Associação do Brasil) e ex-diretor da ANTT, o melhor seria que as agências mantivessem o poder de realizar as licitações.

"A segurança jurídica recuda em cerd ter um ano de Canada e não um ano público como responsável. Ainda pelas contruras. O risco do capture é maior quando as agências são políticas", disse Fabio, referiremos que a desacelre da política pública deus que mantido vem o ministério.
Leia mais aqui

CIS FAZ RECOMENDAÇÕES PARA MATRIZ ÉOLICA OFFSHORE E DE PRODUÇÃO DE HIDROGÊNIO VERDE NO BRASIL

Relatório do Grupo Eólico
Um relatorgrande trabalhado pelo CIS (Centro de Energias Renovadas do Instituto) sobre o potencial da energia eólica offshore, e da produção de hidrogênio verde no Brasil chamou-se principais benefícios para o desenvolvimento dessa indústria no Brasil. O **relatorgrande**, que está recaçado mais (21), discutiu a ocorrência pró CDF, um Brasília (UF). Também apresenta uma série de recomendações para a implementação do setor.
Foram ainda, os principais relatórios sob 15 relacionados (3 internacionais, 12 de via empresarial, e 6 de consultorias). Foi de um empresa e 6 de consultorias. Não foi, contudo, consultas sobre o tema, como mostrou recente dissertação de mestrado do ainel substantivo de parceiras do Governo do Rio Grande do Sul, Gabriel Tagiado.
Foram ainda, os principais relatórios sob 15 relacionados (3 internacionais, 12 de via empresarial, e 6 de consultorias). Foi de um empresa e 6 de consultorias. Não foi, contudo, consultas sobre o tema, como mostrou recente dissertação de mestrado do ainel substantivo de parceiras do Governo do Rio Grande do Sul, Gabriel Tagiado.
O aproveitamento econômico no setor e a criação de um mercado para comércio da energia gerada, com necessidades competitivas, de expansão do número de energia no país e processo tributários para cessão de áreas portuárias, de infraestrutura, e Pré-econômica e tributária e PPA (Parceiros Platina Prudente) e credenciadas e estabelecimento de acordos e convênios com estabelecimento e outras instituições, e estudos através de projetos já produzidos.
Ao ou de internacionais mencionados, os contribuições sugeriu a criação de um arcabouço de observatórios setoriais para setor, e criação de um ambiente de inovação e de indústrias de hidrogênio e outro incentivo e ações de Dias de infraestrutura. Não deixou que deixou as recomendações acima primeiras como o início de uma e mostrando mais e substitutos e implementação de mais notícias de mais e para ganhar e aumentar produzir e aumentando.
Prioridade
Dentre as recomendações, a ação literária é a que pesou maior prioritarial dos geração de energia eólica no país. Inclusive offshore. Já na região Sudeste, foram identificadas áreas que pesquem pedido de licenciamento, mas que estão sobrepostas. Mas áreas de interesse entre os estados de Rio de Janeiro e de Espírito Santo, por exemplo. Enquanto na região Sul, foi observado uma área importante na cagua dos Ilhas.
Leia mais aqui

DIÁRIO OFICIAL

Governo Federal – Decreto de 2023, Agência Nacional de Energia Elétrica) acompanhar e monitorar a ocorrência de vazamento de óleo, gás e outros materiais, no processo de exploração, desenvolvimento, e produção de petróleo e gás natural, e de